



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

6ª Comissão Especializada Permanente
de Transportes Mobilidade e Acessibilidades

ATA N.º 38/XIII-4º/2024-25

Aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas 16:00, na Sede da Assembleia Municipal de Almada, realizou-se uma reunião da 6ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Municipal de Almada.

Verificaram-se as presenças dos deputados: José Joaquim Leitão, Paulo Filipe Viegas, Pedro Dias Pereira, Ivo Almeida, Luís Palma, Bruno Dias, Sónia Silva, José Rocha, e António Pedro Maco.

Estiveram presentes em representação da Baixo/Tejo: Eng. João Portela e as técnicas Paula Miragaia e Carla Reis Costa.

O Presidente da Comissão, Luís Palma, deu início à reunião, dando as boas-vindas a todos os presentes, com os devidos cumprimentos e apresentações. O Presidente propôs, como metodologia de trabalho, conceder a palavra aos deputados presentes para que pudessem colocar as questões que considerassem pertinentes no âmbito da ordem de trabalhos, que incide sobre o IC20 e os pórticos da A3.

O Deputado Pedro Pereira abordou a situação do pórtico localizado no Nó da Queimada, salientando que, embora existam obrigações contratuais que regem a sua manutenção, acredita que a resolução da questão depende, sobretudo, de vontade política.

O Deputado Paulo Viegas na sua intervenção, destacou que estão em causa dois interesses distintos: por um lado, os da entidade concessionária; por outro, as necessidades de mobilidade no concelho. Assinalou que a zona da Charneca não dispõe da capacidade necessária para escoar o trânsito desviado por quem procura evitar o pórtico, e defendeu a necessidade de encontrar soluções de equilíbrio que salvaguardam a mobilidade de quem reside e trabalha no concelho. Para concluir, referiu que não dispõe, neste momento, de elementos que permitam avaliar com clareza os benefícios resultantes das intervenções realizadas no IC20.

O deputado Bruno Dias iniciou a sua intervenção saudando a disponibilidade institucional para abordar e discutir os temas em causa, nomeadamente o contrato de subconcessão entre a Infraestruturas de Portugal e a subconcessionária do Baixo Tejo. Enfatizou que esta é uma oportunidade relevante para aprofundar o debate e promover o necessário esclarecimento sobre o conteúdo e os contornos deste contrato, com todas as suas nuances.

Nesse sentido, questionou concretamente qual o objeto da subconcessão, procurando compreender com clareza o que está em causa no âmbito contratual. questionou também sobre a forma como tem sido conduzido o diálogo com as diversas partes envolvidas, sublinhando a importância de uma articulação eficaz entre as entidades.

Referiu ainda que, por parte do Governo, não foram solicitados pareceres que poderiam ser relevantes para a avaliação global da matéria. A este propósito, destacou igualmente algumas questões relacionadas com obras recentes no IC20, particularmente no que toca à articulação com os órgãos autárquicos.

Considerando os impactos nos acessos e na mobilidade, o deputado defendeu ser fundamental garantir a continuidade do diálogo entre as várias entidades envolvidas, com vista à otimização das soluções de acessibilidade e à resposta adequada às necessidades das populações.

A Deputada Sónia Silva iniciou a sua intervenção fazendo referência à reunião, realizada em sede de comissão, com representantes da Polícia de Segurança Pública (PSP), na qual foi transmitido que, relativamente ao projeto em curso no IC20, esta força de segurança não foi chamada a participar. situação que considerou profundamente lamentável, sublinhando a importância do envolvimento da PSP em processos desta natureza, designadamente no que respeita à segurança rodoviária e ao planeamento de intervenções com impacto na mobilidade.

Referiu, de seguida, que as recentes obras efetuadas no IC20 não só não deram resposta aos problemas identificados, como, em alguns casos, terão contribuído para o seu agravamento. Manifestou preocupação face à destruição significativa da cobertura vegetal, questionando a existência de medidas de mitigação face ao abate de dezenas de árvores. Sublinhou que tal situação poderá potenciar riscos acrescidos de inundações naquela zona.

Reconhecendo que se trata de uma matéria de natureza contratual, a Deputada alertou, contudo, para o facto de os mecanismos existentes não estarem a funcionar como seria desejável. Encerrou a sua intervenção reiterando a necessidade de serem prestados esclarecimentos claros quanto à existência, ou inexistência, de medidas de mitigação ambiental e de reposição do equilíbrio ecológico, no âmbito das intervenções em curso.

O Deputado Ivo Almeida iniciou a sua intervenção manifestando a sua total discordância relativamente à afirmação de que, no que diz respeito às obras no IC20, “está tudo na mesma ou pior”. Sublinhou que, independentemente das intervenções realizadas nos acessos, o fluxo rodoviário continuará a exceder a capacidade da ponte, uma vez que as travessias sobre o Tejo se encontram, na sua perspetiva, estruturalmente esgotadas. Ainda assim, considerou que as obras em causa trouxeram melhorias significativas nos acessos, contribuindo positivamente para a mobilidade na região.

O deputado António Maco começa a sua intervenção dizendo aquilo que acredita ser uma opinião partilhada por muitos: a necessidade de mudar o pórtico do Nó da Queimada. Segundo ele, essa mudança seria uma vantagem clara para a população, que já é bastante prejudicada – além de pagarem as portagens da Ponte, ainda têm que arcar com os custos dos pórticos.

O Deputado Courinha Leitão iniciou a sua intervenção destacando tanto os aspetos positivos como os negativos da matéria em discussão. No que respeita aos pontos negativos, salientou as preocupações associadas ao pórtico localizado no nó da Queimada, o qual tem sido alvo de críticas generalizadas por parte da população.

Relativamente ao IC20, o Deputado referiu que, embora existam diferentes percepções sobre os impactos das intervenções realizadas, considera que as obras trouxeram melhorias significativas em diversos troços. Reconheceu, contudo, a necessidade de continuar a mitigar dificuldades ainda presentes em determinados pontos de acesso. De forma geral, considerou satisfatórios os resultados obtidos com as obras efetuadas.

O Eng.º João Portela, em representação da subconcessionária Baixo Tejo, começou por afirmar que é responsabilidade da subconcessionária, enquanto entidade ao serviço do interesse público, dar resposta às exigências e questões que lhe são colocadas. No entanto, esclareceu que, no caso concreto dos contratos de subconcessão — como é o da Baixo Tejo, enquanto subconcessionária da Infraestruturas de Portugal (IP) — estas entidades atuam como prestadoras de serviços: recolhem informação, reportam e tentam encontrar soluções. Assim, frisou que alguns assuntos em causa devem ser dirigidos à Infraestruturas de Portugal, entidade que, na realidade, detém a titularidade das portagens.

Relativamente às obras no IC20, referiu que se trata de uma questão contratual: "a IP manda, nós executamos". Destacou a complexidade da obra, desenvolvida ao longo de 20 meses, principalmente devido aos constrangimentos causados pelo elevado fluxo de tráfego. Apesar das dificuldades, registou-se apenas um acidente de trabalho, o que, segundo João Portela, demonstra o rigor e responsabilidade com que os trabalhos foram conduzidos.

Foi apresentado um plano de intervenção à Câmara Municipal, que, segundo o engenheiro, não hesitou em participar na coordenação do processo. Ao longo da execução, foram ocorrendo situações específicas que exigiram articulação permanente com a autarquia, tendo sido sempre procuradas soluções conjuntas. Reconheceu o impacto da obra, inclusive na circulação de veículos gde emergência, mas garantiu que foram implementadas vias específicas, assegurando a sua mobilidade.

Manifestou acompanhar de perto as preocupações relacionadas com a mobilidade e assumiu a responsabilidade no que diz respeito à implementação da via BUS, sublinhando que o diálogo com a Câmara Municipal do Almada (CMA) se mantém ativo na procura de soluções.

Sobre o objeto contratual, explicou que o projeto previa o alargamento da A33 através de soluções otimizadas. Sublinhou que, tanto na A33 como no IC20, não se tratou de um simples alargamento, mas de intervenções previstas no âmbito contratual, que, embora não resolvam todos os problemas, contribuíram de forma decisiva para melhorias significativas na mobilidade. Demonstrou-se convicto de que, a seu tempo, esse contributo será reconhecido por todos.

Referiu ainda que estão previstos pequenos ajustes, nomeadamente no que diz respeito à circulação de veículos pesados, que, atualmente, necessitam de atravessar faixas para encostar à direita.

Considera que as alterações introduzidas trarão melhorias substanciais à circulação e garantiu que a Câmara será sempre informada previamente sobre qualquer alteração relevante.

Por fim, assegurou que nenhuma das obras executadas é realizada sem o devido Estudo de Impacto Ambiental. Quanto à área de serviço da BP, referiu que a sua localização ainda está por definir, sendo este mais um tema cuja responsabilidade cabe exclusivamente à Infraestruturas de Portugal. A Baixo Tejo, afirmou, cumpriu integralmente com todas as suas obrigações contratuais.

Bruno Dias considerou a informação apresentada bastante útil, tendo colocado duas questões: relativamente às otimizações introduzidas na A33, referiu que, embora estas não estivessem previstas no contrato inicial, nem alterem ou mitiguem as obrigações contratuais, não deixam de representar benefícios. Solicitou, nesse sentido, esclarecimentos adicionais sobre este ponto. Pediu ainda esclarecimentos quanto ao papel da concedente no contexto do projeto do

Montijo, bem como sobre as responsabilidades da autarquia, nomeadamente na disponibilização de dados que permitam analisar a evolução do tráfego rodoviário nos últimos anos.

Resposta:: O viaduto em direção a Lisboa implica cortes em terreno municipal. O estudo de impacto ambiental foi realizado apenas para o troço do IC 20, não abrangendo toda a extensão da obra. As expropriações estão a ser conduzidas pela Baixo Tejo, sendo posteriormente transferidas de imediato para o Estado.

Numa breve intervenção, o deputado Courinha Leitão sugeriu a possibilidade de envio dos resultados da monitorização, salientando a relevância dessa informação para o desenvolvimento e aprofundamento dos trabalhos da comissão.

O presidente da comissão dá por encerrada a reunião.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

8 - Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada.

9 – Resultado da votação da Ata:

A Favor: 9

Contra: /

Abstenção: /

10 - Por ser verdade se elaborou a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente e Secretário da Comissão.

Almada, __ de _____ de 2025.

O Presidente da Comissão

O Secretário da Comissão

